



**Ministério de Minas e Energia**  
**Consultoria Jurídica**

**PORTARIA Nº 453, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.**

**O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, no art. 2º, da Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e o que consta no Processo nº 48000.001149/2013-65, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, como prioritário o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Pindaí, de titularidade da empresa Centrais Eólicas Pindaí S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.350.542/0001-00, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Centrais Eólicas Pindaí S.A. deverá:

I - manter atualizada, junto ao Ministério de Minas e Energia, a relação das pessoas jurídicas que a integram;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle.

Art. 3º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Centrais Eólicas Pindaí S.A., a ocorrência das situações que evidenciem a extinção da outorga da EOL Pindaí.

Art. 4º A Centrais Eólicas Pindaí S.A. deverá encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, no prazo de vinte dias a contar da sua emissão, cópia do ato autorizativo da Operação Comercial da EOL Pindaí, emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º A Centrais Eólicas Pindaí S.A. deverá observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 7.603, de 2011, e na Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**EDISON LOBÃO**

**Este texto não substitui o publicado no DOU de 13.12.2013.**

**ANEXO**

<b>Projeto</b>	EOL Pindaí.	
<b>Tipo</b>	Central Geradora Eólica.	
<b>Leilão</b>	Leilão de Compra de Energia Elétrica nº 03/2009-ANEEL (Energia de Reserva), realizado em 14 de dezembro de 2009.	
<b>Atos Autorizativos</b>	Portaria MME nº 699, de 5 de agosto de 2010, Despacho SCG/ANEEL nº 240, de 31 de janeiro de 2011 e Despacho SCG/ANEEL nº 1.617, de 14 de abril de 2011.	
<b>Titular</b>	Centrais Eólicas Pindaí S.A.	
<b>CNPJ/MF</b>	11.350.542/0001-00.	
<b>Pessoas Jurídicas integrantes da SPE</b>	<b>Razão Social:</b> Bahia Eólica Participações S.A. Renovapar S.A.	<b>CNPJ/MF:</b> 11.183.629/0001-30; e 17.667.090/0001-71.
<b>Localização</b>	Município de Guanambi, Estado da Bahia.	
<b>Descrição do Projeto</b>	Central Geradora Eólica com Potência Instalada de 24.000 kW, composta por quinze Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.	
<b>Setor</b>	Energia, nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
<b>Identificação do Processo</b>	48000.001149/2013-65.	